

## BALANCETE SINTÉTICO DE 2016

O Balanço Patrimonial de 2016 foi devidamente aprovado pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo e submetido à auditoria externa, cuja conclusão foi a que se segue:



Ilmos. Srs.  
Diretores e Conselheiros da  
**Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE**  
Lavras – MG

### **Relatórios dos Auditores Independentes**

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Outros assuntos**

##### **Auditoria do período anterior**

As demonstrações contábeis da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, utilizadas para fins de comparação, foram examinadas nós com emissão de relatório em 03 de junho de 2016, que não possuía ressalvas.

##### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que têm ações, cotas, títulos cotados e

registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

#### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

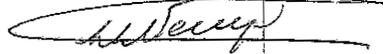
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Juiz de Fora, 25 de maio de 2017.

**Temponi Auditores e Consultores**  
CRC MG-007041/O



**Pedro Augusto Nemer Temponi**  
Contador – CRC MG 64723/O

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE**  
 Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
 (Em R\$ 1)

ATIVO	Nota explicativa	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>926.742</b>	<b>1.213.465</b>
Caixas	nota 3	4.722	1.982
Bancos – recursos livres	nota 3	37.892	24.107
Bancos recursos com restrições		336	378
Aplicações financeiras – rec. Livres		324.278	268.044
Aplicações financeiras – rec. c/ restrições		399.993	231.203
Contas a receber	nota 4	73.536	594.810
Adiantamentos		83.146	18.691
Empréstimos		-	74.000
Outros Créditos		2.839	250
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.679.868</b>	<b>2.680.644</b>
Depósitos em juízo	nota 5	1.637.250	1.642.587
Investimentos		25.078	25.078
Imobilizado	nota 6	866.251	890.099
Imobilizado de terceiros		151.289	122.880
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.606.610</b>	<b>3.894.109</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>929.520</b>	<b>1.274.162</b>
Fornecedores		33.466	46.761
Obrigações trabalhistas		75.018	56.405
Impostos e contribuições		24.973	24.949
Convênios e contratos	nota 7	722.527	551.119
Receitas a apropriar		73.536	594.810
Outras obrigações			118
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.346.205</b>	<b>1.073.832</b>
Financiamentos		5.490	5.490
Depósitos judiciais	nota 5	945.462	945.462
Provisão trabalhista contratos		243.964	0
Imobilizações de terceiros		151.289	122.880
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>1.330.885</b>	<b>1.546.115</b>
Patrimônio social		1.330.885	1.546.115
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.606.610</b>	<b>3.894.109</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE**  
Demonstração do (Déficit) dos Exercícios Findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
(Em R\$ 1)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas operacionais	3.172.025	5.619.439
Receitas financeiras	34.238	50.168
Despesas operacionais	(3.409.200)	(6.225.269)
Despesas financeiras	(11.504)	(4.610)
Outras despesas	(789)	(1.906)
<b>(Déficit) do exercício</b>	<b><u>(215.230)</u></b>	<b><u>(562.178)</u></b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE**  
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Social nos Exercícios Findos  
 em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
 (Em R\$ 1)

<b>Mutações</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>Fundo Patrimonial</b>	<b>Superávits Acumulados</b>	<b>Totais</b>
<b>Saldo em 31/12/2014</b>		<b>15.000</b>	<b>2.085.744</b>	<b>2.100.744</b>
Ajustes de exercício anterior	nota 8		7.549	7.549
Déficit do exercício			(562.178)	(562.178)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>		<b>15.000</b>	<b>1.531.115</b>	<b>1.546.115</b>
Déficit do exercício			(215.230)	(215.230)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>		<b>15.000</b>	<b>1.315.885</b>	<b>1.330.885</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**  
 Demonstração dos Fluxos de Caixa nos Exercícios Findos  
 em 31 de Dezembro de 2015 e 2015  
 (Em R\$ 1)

	2016	2015
<b>CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(41)</b>	<b>(412.355)</b>
(Déficit) do exercício	(215.230)	(562.178)
Ajustes de exercícios anteriores		7.549
Itens do resultado que não afetaram o caixa		
Depreciação	25.048	16.425
Redução (Aumento) dos direitos realiz. a curto prazo		
Bancos recursos com restrições	42	4.848
Aplicações recursos com restrições	(168.790)	(87.652)
Clientes	521.274	1.128.417
Adiantamentos	(64.455)	120.454
Outras contas a receber	(2.589)	159
(Aumento) dos direitos realizáveis a longo prazo		
Depósitos Judiciais	5.337	(5.337)
(Redução) Aumento nas obrigações de funcionamento		
Fornecedores	(13.295)	46.761
Obrigações trabalhistas	18.613	56.405
Impostos e contribuições	24	(187.973)
Outras obrigações	(118)	
Convênios e contratos	171.408	152.120
Receitas a apropriar	(521.274)	(1.102.353)
(Redução) Aumento nas obrigações no longo prazo		
Depósitos judiciais	-	
Provisão trabalhista contratos	243.964	
<b>CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(1.200)</b>	<b>(10.561)</b>
(Aquisições) do imobilizado	(1.200)	(10.561)
<b>CAIXA DAS ATIVIDADES DE APLICAÇÕES E FINANCIAMENTOS</b>	<b>17.766</b>	<b>411.004</b>
(Aumento) Redução aplicações financeiras recursos livres	(56.234)	411.004
(Redução) Aumento financiamentos	74.000	
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO</b>	<b>16.525</b>	<b>(11.912)</b>
Saldo inicial do caixa e bancos - recursos livres	26.089	38.001
Saldo final do caixa e bancos - recursos livres	42.614	26.089
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E BANCOS</b>	<b>16.525</b>	<b>(11.912)</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

## FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Apoio Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE, como as demais fundações de apoio criadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, tem amparo e credenciamento nos Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia de acordo com a lei 8.958/94, regulamentada pelo Decreto lei nº 5.205/04 e pela lei de Inovação Tecnológica de nº 10.973/04. Caracteriza-se como uma organização dentro do terceiro setor instituída pela ASPESAL – Associação de Professores da Escola Superior de Agricultura de Lavras em 16 de junho de 1976, como Fundação do Direito Privado sem fins lucrativos, com a missão de promover o apoio institucional à UFLA – Universidade Federal de Lavras relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive aqueles de natureza infra-estrutural, mediante assessoramento à elaboração de projetos e administração de recursos obtidos.

A FAEPE desempenha importante papel como fundação integrada à estrutura organizacional da UFLA proporcionando meios para a captação, viabilização dos programas de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento da UFLA.

### 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis levantadas em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 obedeceram aos princípios e práticas de contabilidade adotadas no Brasil e demais normas técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos.

**a) Demonstração do Superávit (Déficit)**– O Déficit é apurado com base no regime de competência de exercícios.

**b) Convênios e contratos** –os direitos e obrigações junto aos projetos são registrados quando do seu efetivo recebimento e desembolso para efeitos de demonstração nas contas patrimoniais.

**c) Ativos circulante e não circulante** - Os ativos são apresentados ao valor da realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

**d) Imobilizado** - O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas usuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, bem como a recuperabilidade dos ativos.

**e) Passivo circulante e não circulante** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculados, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

**f) Recursos livres e com restrições** - A distinção de recursos livres e com restrições refere-se a denominações contábeis, respectivamente para projetos executados com recursos próprios e para projetos executados com recursos de terceiros.

### 3) CAIXAS E BANCOS – RECURSOS LIVRES

Representam as disponibilidades dos recursos financeiros e possuem características de liquidez imediata.

### 4) CONTAS A RECEBER

A rubrica contas a receber está representada pelos valores a receber dos contratos de prestação de serviços e da atividade de gestão dos convênios. Seus valores não são componentes de receitas, mas tão somente direitos registrados tendo como contrapartidas a rubrica de convênios e contratos, logo não existem perspectivas de não recebimento que justifiquem a manutenção de uma provável Provisão para Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa.

### 5) DEPOSITOS EM JUÍZO

Descrição	2015	2015
Causa trabalhista	691.788	697.125
Deposito judicial INSS	945.462	945.462
	<b>1.637.250</b>	<b>1.642.587</b>

Em 31 de dezembro de 2016, R\$ 691.788 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 697.124) refere-se à depósitos e bloqueios judiciais para fazer frente a ação reclamatória trabalhista de Vera Loiola em que os assessores jurídicos apesar da condenação aguardam prazos para caracterização de prescrição intercorrente e a Administração não possui provisionada a possível perda estimada por estes mesmos assessores.

R\$ 945.462, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, refere-se a ação de cobrança previdenciária de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, com respectiva contrapartida no Passivo não circulante.

Os assessores jurídicos ainda estimam que exista uma ação, com perspectiva de possível perda, no valor de R\$ 40.000.

### 6) IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2016 a Entidade adquiriu móveis e utensílios no valor de R\$ 1.200, no exercício de 2015 5 Máquinas e equipamentos no valor de R\$ 10.561, com vistas à expansão e modernização dos serviços prestados. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o ativo imobilizado líquido era composto da seguinte forma:

Descrição	2015	2015
Terrenos	700.000	700.000
Moveis e utensílios	116.843	132.322
Veículos	33.478	41.847
Maquinas e equipamentos	15.930	15.930
	<b>866.251</b>	<b>890.099</b>

## 7) CONVÊNIOS E CONTRATOS

Refere-se ao saldo da movimentação de recursos recebidos e aplicados, representando as obrigações da Entidade com os convênios e contratos, obedece à convenção nos termos de cada projeto e pode assim ser representado:

Descrição	2016	2015
Receitas com restrição	712.926	549.917
Receitas financeiras	9.601	1.202
	<b>722.527</b>	<b>551.119</b>

## 8) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2015 foram ajustados sob o efeito líquido de R\$ 7.549 valores referentes a provisão de férias que até o presente exercício não eram provisionadas. Este valor era composto pelo valor líquido de (R\$ 6.364) de férias, R\$ 10.454 de INSS sobre férias e R\$ 3.459 de FGTS sobre férias.